Secretário da Fazenda participa de discussão nacional sobre a Reforma Tributária

AEN

Representando o governador Carlos Massa Ratinho Junior, o secretário da Fazenda do Paraná, Renê Garcia Junior, avaliou positivamente as discussões em torno da Reforma Tributária realizadas na manhã desta sexta-feira (3), durante uma conferência nacional com autoridades e especialistas no tema. A conversa aconteceu no 7° encontro do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud), na Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro.

O novo modelo em discussão no Congresso Nacional busca simplificar o sistema, reduzir a carga de impostos e aumentar a arrecadação. Também é defendida a criação de um fundo de compensação de perdas de estados e municípios, assim como a mudança de tributação do ICMS da origem para o destino.

Os participantes do debate apontaram os principais objetivos da reforma para se chegar a um sistema tributário mais justo e eficiente do ponto de vista distributivo e, também, os problemas e impactos negativos do atual sistema tributário vigente no país para a economia brasileira.

"A avaliação é positiva para mostrar um norte, mostrar que há um caminho para a reforma tributária. Mas, ao mesmo tempo, também existem vários problemas como as indefinições com relação aos principais pontos da reforma, como a perda de arrecadação para os entes federados. Isso pode prejudicar a evolução futura do tema. Por isso, essa discussão é tão importante", ressaltou Garcia Junior.

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, defendeu que uma reforma tributária de deve reconhecer vocações regionais, fortalecer cadeias produtivas e inverter a lógica de benefícios fiscais para instituir alíquotas regulares. "A agenda da reforma tributária é urgente. É importante sairmos daqui hoje com metas claras para que não seja um evento apenas no plano das ideias, mas de materialização", disse.

Segundo o secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, a questão precisa ser revista com urgência, já que, segundo ele, quando um sistema possui regras muito complexas, abre brechas para interpretações divergentes. "O Brasil é campeão mundial em burocracia tributária. Toda vez que você impõe regras complexas pode gerar interpretações diferentes", disse.

De acordo com ele, isso gera consequências para a economia, como aumento de custos para as iniciativas pública e privada, além de insegurança jurídica. "Entre as consequências disso para a economia estão o litígio para as empresas e governo, já que exige alocação de recursos para as consequências desse litígio, o que por sua vez gera insegurança jurídica e os setores gastam mais", explicou.

Além de Bernard Appy, participaram do debate o sênior partner da BTG Pactual, André Esteves; o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Rodrigo Bacellar; o professor-titular da Escola Brasileira de Economia e Finanças, da FGV, Aloísio Araújo; e o secretário da Fazenda e Planejamento de São Paulo, Samuel Kinoshita. A mediadora foi a jornalista Thais Herédia.

CEU das Artes e dos Esportes receberá Câmara Itinerante

Na segunda-feira (6), a sessão ordinária de 2023 será realizada no local, com a presença da comunidade

Assessoria

Em duas sessões extraordinárias realizadas na quinta e sexta-feira (2 e 3), respectivamente, os vereadores de Pato Branco aprovaram o Projeto de Resolução nº 3, de 2023, estendendo o período da Câmara Itinerante e indicando os locais que receberão novas sessões ordinárias.

Pela Resolução, a próxima sessão será realizada no CEU das Artes e dos Esportes, no bairro Sudoeste, no dia 6 de março, próxima segunda-feira. As demais sessões serão realizadas no Largo da Liberdade, até o final do mês de março.

RODINEI DOS SANTOS/ASSESSORIA PMPB



Além da sessão no CEU das Artes e dos Esportes, serão realizados outros encontros no Largo da Liberdade

Câmara Itinerante

Desde o início das Sessões Ordinárias de 2023, o Poder Legislativo está realizando a "Câmara Itinerante", com as Sessões sendo realizadas em diversos espaços de Pato Branco. A ação teve início tendo em vista que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Pato Branco está passando por obras de adequações em sua infraestrutura, visando melhorar a acessibilidade, e somando-se a isso, também houve a intenção de aproximar Poder Público e cidadãos, levando as Sessões para diferentes locais da cidade.

Até o momento, as Sessões já foram realizadas no Largo da Liberdade, Delegacia da Mulher, Associação Empresarial de Pato Branco (Acepb), Centro Universitário de Pato Branco (Unidep), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Sindicato Patronal do Comércio Varejista de Pato Branco e Região (Sindicomércio) e Centro Universitário Mater Dei (Unimater).

Infraestrutura

Ainda em 2022, teve início o processo de reestruturação de alguns espaços da Casa, para melhor atender as necessidades internas, como as reuniões das Comissões Permanentes, e melhor receber os cidadãos, com a readequação do Plenário, para melhorar a acessibilidade do espaço, tendo em vista que o mesmo possuía um degrau, dificultando o deslocamento, em segurança, dos mais diversos públicos que passam pelo espaço, mensalmente.

Após os trâmites legais, em 13 de dezembro de 2022, foi assinada a Ordem de Serviço, no valor de R$ 160 mil, com a empresa Inovatta Indústrias de Móveis LTDA, para o mobiliário. Já a Ordem de Serviço para as adequações da infraestrutura, foi assinada em 17 de janeiro de 2023, com a empresa S. J. Prestação de Serviços LTDA, no valor de R$ 510.244,57. Ambas têm o prazo máximo de 90 dias para a conclusão e entrega dos trabalhos.

Rafael Caleffi renuncia ao cargo de prefeito de São Lourenço do Oeste

Redação com Assessoria
redacao@diariodosudoeste.com.br

Foi realizado no auditório do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, no Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, em São Lourenço do Oeste (SC), na tarde desta sexta-feira (3), a solenidade de renúncia do cargo de prefeito. Com o ato, Rafael Caleffi não mais responde pelo Executivo lorenciano, que passará a ser gerido por Agustinho Menegatti. A posse do novo prefeito está marcada para às 8h da segunda-feira (6), na Câmara Municipal.

A vice-presidente da Câmara Municipal, Marlice Perazoli, lembrou de obras e ações iniciadas por Caleffi e que transformaram o município. Falou ainda da jornada que tiveram juntos como políticos e amigos e desejou sucesso em sua nossa missão.

"Hoje, encerramos um ciclo para começarmos um novo. Temos uma São Lourenço do Oeste muito diferente da situação em que você encontrou em 2017 e a missão é a de continuar avançando", disse Menegatti em seu discurso.

Para ele, Caleffi está de saída, mas nada muda. "O nosso desejo de fazer sempre mais e melhor continua. São Lourenço do Oeste precisa ser o mesmo para todos, e é por isso que vamos trabalhar". Ele agradeceu o empenho do até então prefeito, que deixou sua marca na gestão municipal.

Já Caleffi disse que as pessoas devem continuar acreditando em seus sonhos e nunca desistir no primeiro não. Explicou que se fosse assim não teria conquistado tantas coisas. "Saio de cabeça erguida e sei do dever cumprido", reforçou. "O frio na barriga aconteceu. É uma decisão muito difícil de ser tomada, mas tenho certeza que a minha missão chegou ao fim", finalizou.

Rafael Caleffi deixa o governo municipal de São Lourenço do Oeste depois de seis anos como prefeito. Ele se elegeu na gestão 2017/2020 e se reelegeu para a gestão 2021/2024. Agora, se dedicará a projetos pessoais.

DIVULGAÇÃO



Caleffi deixou a gestão municipal no início da segunda metade de seu segundo mandato frente ao Executivo de São Lourenço do Oeste

Especialistas defendem mudanças para inclusão de minorias na política

Agência Brasil

Especialistas que participaram, na sexta-feira (3), do seminário Eleições, Democracia e Grupos Minorizados, defenderam mais financiamento a candidaturas de representantes de minorias para aumentar sua inclusão na política. O evento foi realizado no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), no centro da capital fluminense.

O ex-ministro da Igualdade Racial e vereador no Rio Edson Santos destacou a importância do fundo partidário e do fundo eleitoral para aumentar a participação das minorias nos espaços de poder.

"É fundamental assegurar que um candidato eleito negro tenha um peso maior na distribuição do fundo partidário e do fundo eleitoral, de forma que as organizações partidárias sejam estimuladas a ter negros não só pedindo votos para seus candidatos brancos, mas a ter negros presentes no Congresso Nacional, nas assembleias legislativas e nas câmaras municipais. Acho que essa medida pode ter efeito mais direto nesse desafio", afirmou Santos.

A deputada estadual Tia Ju, do Republicanos, lembrou que apenas 15% de mulheres ocupam assentos na Câmara dos Deputados e que a subrepresentação é ainda maior [no caso]das mulheres pretas e indígenas. "Somos 51% da população e temos dificuldade de nos ver representadas nesses espaços de poder. O perfil do político brasileiro é o homem branco com média de idade de 48 anos, e o perfil do eleitorado é a mulher negra de 35 anos em média", disse.

"Menos de um terço dos cargos de lideranças dos partidos são de mulheres. Quando a gente olha as executivas dos partidos, a gente muito pouco vê mulheres compondo esses espaços de poder. Isso é um grande desafio. Os partidos políticos precisam dar mais participação nas suas executivas para as mulheres. E as mulheres negras são subfinanciadas. É um trabalho de todos para ter avanços", acrescentou a deputada.

O professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e babalaô Ivanir dos Santos também ressaltou que o financiamento público não beneficia as candidaturas dos grupos minorizados. "A população negra paga muito imposto, não só a classe média branca. É disso que estamos falando. Não é favor."

Mal-estar no Legislativo devido as sessões extraordinárias

Marcilei Rossi
marcilei@diariodosudoeste.com.br

Nessa segunda-feira (6), quando a sessão itinerante do Legislativo de Pato Branco foi realizada no CEU das Artes e dos Esportes, no bairro Sudoeste, devido as obras no plenário da Casa de Leis, a presidente Thania Camisnski (PP) aproveitou o espaço que antecedeu as explicações pessoais dos vereadores para responder a questionamentos segundo ela realizados por seu colega de partido, vereador Lindomar Brandão, quanto despesas para a realização de sessões ordinárias com o objetivo de autorizar as sessões itinerantes.

A afirmação de Brandão, segundo Thania, teria ocorrido na sexta-feira (3), quando foi realizada a segunda sessão extraordinária para apreciar a continuidade das sessões fora da Câmara Municipal.

"Importante lembrar que as sessões itinerantes estão acontecendo por conta da reforma do plenário da Câmara de Vereadores. Reformas essas, que se iniciou no mês de janeiro e tinha previsão de término até o final do mês de fevereiro. Como houve atraso nas conclusões das obras, tivemos a necessidade de uma maior dilação dos prazos e por consequência, aumentar as sessões fora do plenário da Casa de Leis", afirmou a presidente do Legislativo ao ler seu pronunciamento oficial e falando abertamente que em sua visão "as sessões fora do plenário são muito importantes, [o fato] dos vereadores estarem junto com o povo."

Ainda com relação as sessões extraordinárias Thania destacou que "os vereadores não ganham para comparecer nas sessões extraordinárias, portanto, não geram custos adicionais aos cofres públicos."

A presidente se disse feliz com a preocupação do colega com a aplicação do dinheiro público e elencou uma série de obras que o mesmo pode cobrar do Executivo.

Durante as suas explicações pessoais, Brandão se manifestou afirmando que sua crítica foi com relação a sessão extraordinária da última sexta-feira, "mas eu nunca critiquei a sessão itinerante". Segundo Brandão, a reforma da Câmara "era perceptível que não estaria pronta para a data de hoje [ontem]. Então essa dilação do prazo, poderia ter sido feita antes", afirmou ele ao se referir a sua declaração como uma autocrítica de todos os vereadores.

MAIS TRABALHO MAIS PARANÁ
Agência do Trabalhador

VAGAS EM PATO BRANCO

Açougueiro
Ajudante de fundidor
Analista de suporte técnico (PCD)
Assistente de vendas
Auxiliar de linha de produção
Operador de caixa
Operador de empilhadeira
Repositor - em supermercados
Recepcionista de hotel
Vendedor interno

Os interessados devem comparecer na Agência do Trabalhador, Travessa Santo Cola, 102, Baixada

Governo discute com setor produtivo e parlamentares a criação do fundo da região Sul

AEN

O governador em exercício Darci Piana debateu na segunda-feira (6) com deputados de diversos partidos e lideranças do setor produtivo, na sede do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) em Curitiba, a criação do Fundo Constitucional do Sul, destinado aos municípios com baixo IDH nesta região do País. O modelo é semelhante aos existentes nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste e tem como objetivo equilibrar desigualdades econômicas e sociais.

Segundo Piana, o objetivo do encontro foi angariar apoio do setor produtivo paranaense e de parlamentares federais, já que o recurso terá um impacto significativo na região. "É fundamental termos consciência que essas regiões precisam de investimentos e que o fundo vai ajudar muito os estados do Sul", destacou. "Se fizermos um esforço, cada deputado contatar as bancadas de outros estados, vamos conseguir. O Governo do Paraná está junto nessa luta. Estamos nos esforçando para conseguir essa conquista para o Sul do País".

A solicitação está em andamento desde o ano passado e já tem quase 80 assinaturas. Segundo o deputado federal e coordenador da bancada paranaense em Brasília, Toninho Wandscheer, o encontro contribuirá para expandir o apoio à proposta de emenda constitucional.

"Precisamos de 170 assinaturas para que ela seja aceita no Congresso, depois faremos um debate para aprová-la. A bancada federal hoje está unida, deputados de várias correntes políticas estão juntos para conseguir aprovar essa PEC em Brasília porque é interesse do Governo do Estado, dos deputados, do setor produtivo e do povo paranaense", disse.

O próximo passo é promover uma reunião com os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul com o mesmo objetivo de aumentar o número de apoiadores. "Espero que nessa legislatura, com a união dos setores produtivo e político, consigamos realizar e aprovar essa PEC que será de grande valia para a região", complementou Wandscheer.

A proposta da criação do Fundo Sul recebeu posição favorável por parte do G7, grupo formado pelas principais entidades do

ROBERTO DZIURA JR. AEN



Caso seja aprovado, o BRDE ficará responsável por operacionalizar o fundo

setor produtivo paranaense, assim como de grupos empresariais e sociedade civil organizada dos três estados. "Precisamos de dinheiro subsidiado num momento tão complexo como o que estamos vivendo. O G7 está articulando com Santa Catarina e Rio Grande do Sul para que possamos ajudar nesse pleito. Contem com o setor produtivo para que possamos conseguir esse fundo", ressaltou o coordenador do G7, Fernando Moraes.

Caso seja aprovado, o BRDE ficará responsável por operacionalizar o fundo, devido à experiência em gestão e aplicações de fundos orçamentários e a operação de recursos a longo prazo.

Segundo o diretor-presidente do BRDE, Wilson Bley Lipski, a criação do fundo trará mais igualdade na divisão de recursos entre as regiões do País. "Precisamos ter uma equidade nas políticas que são estabelecidas para outros estados. O Sul nunca foi contemplado por um fundo constitucional, isso vai trazer possibilidade de novos recursos para resolver as diferenças sociais entre os três estados. A sociedade será a grande beneficiada", disse.

"As condições que os recursos trazem são muito melhores do que estamos captando. Se dentro do BRDE pudermos fazer linhas de crédito mais competitivas, isso vai trazer mais desenvolvimento econômico e social", afirmou.

Paraná incentiva municípios a formatarem consórcios para gestão de resíduos sólidos

AEN

O Instituto Água e Terra (IAT) iniciou uma série de conversas para incentivar a união de municípios para reestruturação dos aterros sanitários e a melhoria da gestão de resíduos sólidos. O encontro dessa segunda-feira (6), na sede do IAT, em Curitiba, ocorreu com o chamado GT-33, grupo que reúne os 33 municípios que compõem a Associação dos Municípios da Região de Entre Rios (Amerios) e a Associação dos Municípios do Médio Noroeste (Amenorte). Participaram do encontro técnicos do órgão ambiental, das prefeituras e secretários municipais do meio ambiente.

A medida busca auxiliar na redução de custos e no aumento da eficiência com o tratamento coletivo dos resíduos, além de permitir que as cidades se adaptem à portaria 259/2014 do Governo do Estado. A peça jurídica pede para que todos os aterros sanitários tenham monitoramento de suas atividades, uma forma de controlar uma possível contaminação do solo e da água – 31 de março é o prazo final para envio dos relatórios por parte dos municípios.

"Essas informações estavam vindo sem detalhamento por parte das prefeituras, apenas avisando que não havia água subterrânea naquele local do aterro. Mas não é suficiente, precisamos do relatório de automonitoramento, de uma justificativa técnica", afirmou a gerente de Licenciamento do IAT, Ivonete Coelho da Silva Chaves.

"Foi uma reunião muito proveitosa, em que os secretários municipais se comprometeram a encaminhar aos prefeitos uma estratégia de condução deste problema. E essa estratégia está voltada para a adoção de medidas coletivas, que não fiquem restritas a um único município. É isso que vai viabilizar a operação desses aterros, a diminuição do volume de resíduos sólidos, aumentar a reciclagem e diminuir os custos. Precisamos de um esforço coletivo", afirmou Everton Souza, diretor-presidente do IAT,

DIVULGAÇÃO IAT



Medida busca auxiliar na redução custos e aumento da eficiência com o tratamento coletivo dos resíduos

que está vinculado à Secretaria do Desenvolvimento Sustentável.

De acordo com ele, o Estado se dispõe a colaborar com o Poder Público local, seja com a execução dos projetos ou a viabilização financeira para a construção de novos aterros consorciados. "Há recursos que podemos usar para isso. São soluções definitivas que vão impactar de forma saudável no meio ambiente e melhorar a qualidade de vida das pessoas", disse.

Uma nova reunião vai ocorrer ainda neste mês, na região de abrangência do GT-33, com os prefeitos dos municípios envolvidos. "Fomos muito bem recebidos, uma conversa técnica e esclarecedora, que nos ajudará a equacionar essa questão, a encontrar saídas para os aterros sanitários e para justificar essas questões dos poços de monitoramento", destacou a presidente do GT-33 e técnica do município de Brasilândia do Sul, no Noroeste do Paraná, Solange Masquetti.